

Apresentação

Nelson Karam

Renata Belzunces

É com muito orgulho e satisfação que apresentamos esse número especial da Revista Ciências do Trabalho (RCT) totalmente dedicado ao tema "Trabalho e Meio Ambiente". No momento em que finalizamos esta edição da RCT, os biomas da Amazônia, Cerrado e Pantanal estão sendo destruídos pelas queimadas. Caminhamos para o limiar da sobrevivência em um planeta cada vez mais castigado pela ação humana.

De acordo com Luiz Marques a desigualdade alimentada pelo capitalismo é o grande motor desse ecocídio.¹ A falta de freios ao capital impulsiona essa voracidade destrutiva. Essa mesma falta de limitações tem sido cada vez estendida no país à exploração da mão-de-obra (reforma trabalhista, terceirização, ataque aos sindicatos, entre outras). São duas faces da mesma moeda.

O sindicalismo brasileiro, que sempre lutou contra as abissais desigualdades sociais que estão na fundação da sociedade brasileira, vem se somar a urgente luta ambiental, um espaço fundamental do combate à desigualdade, como pioneiramente entendeu o sindicalista Chico Mendes.

Essa publicação é um marco das mais recentes incursões institucionais do DIEESE sobre o tema. A parceria com o Instituto Clima e Sociedade (ICS) nos permitiu avançar na apreensão, compreensão e identificação das necessidades do sindicalismo frente a temas como a emergência climática. De forma concreta, possibilitou avanços em temas como : o estado das artes do sindicalismo mundial acerca da temática ambiental; a identificação e resgate das principais intervenções sindicais no Brasil e panorama atual do debate nacional; inserção do meio ambiente na negociação coletiva; identificação e prospecção de potenciais empregos verdes/sustentáveis.

¹ Marques, Luiz. Capitalismo e colapso ambiental. 3a edição, Editora Unicamp, 2018.

Nesta edição, somos levados por José Cabrera a conhecer a concepção marxista de ecologia e como essa foi tratada pelos partidos de esquerda e sindicatos brasileiros. O autor adota a perspectiva do jovem ecossocialismo batizado os anos 1990. Esse esforço de debate teórico é continuado com o texto de Daniel Gaio que discute sob a mesma perspectiva teórica ecossocialista as possibilidades de intervenção do sindicalismo para uma transição ecológica. Ainda nesse tema, temos a contribuição de Gustavo Seferian, que discute a vitalidade e validade da greve como um instrumento de luta ecológica, com ênfase para Greve Mundial pelo Clima capaz de reunir diferentes movimentos sociais e o sindicalismo.

A redução da jornada de trabalho está na origem das lutas sindicais e o artigo de Paulo Sergio Muçouçah atualiza a discussão da jornada frente ao desafio ambiental, propondo uma reflexão sobre o decrescimento econômico como alternativa aos limites impostos pela natureza.

Quanto custa reverter a mudança climática? Ou ainda: quanto custa não fazer nada? Essa é uma discussão trazida por Camila Gramkow que afirma estarem na faixa de 5% a 20% as perdas no PIB mundial caso sejam ignorados todos os alertas acerca da emergência climática. São perdas humanas, animais, agrícolas e de infraestrutura, pouca coisa parece escapar. A autora apresenta a alternativa defendida pela CEPAL para os países da América Latina e Caribe denominada Big Push (Grande Impulso) para a sustentabilidade. Por meio de coordenação entre setores e agentes é possível mobilizar investimentos que contribuam para a transformação do modo de vida e produção, rumo à sustentabilidade.

Juliana Benício Xavier e Lucas Reis da Silva contribuem apresentando a lei francesa 2017-399, de março de 2017, que institui o "dever de vigilância". Trata-se da obrigação das empresas francesas - e transacionais que atuam naquele país - observarem a existência de irregularidades trabalhistas e ambientais ao longo de toda sua cadeia de produção. As empresas não podem fugir das suas responsabilidades diante de uma produção cada vez mais global, não podem ficar isentas se seus fornecedores violam direitos humanos, cometem crimes ambientais e/ou irregularidades trabalhistas.

O desafio de viver em megalópoles poluídas como São Paulo certamente cobra seu preço e podemos afirmar que os trabalhadores

motofretistas da cidade convivem diariamente com esse risco. Os pesquisadores Luciana Ferreira Leite Leirião, Roberto Yonashiro e Simone Georges El Khouri Miraglia trazem uma importante contribuição da percepção desse risco e da aplicação do Princípio do Poluidor Pagador (PPP).

Por fim, Clovis Borges nos lembra da importância das políticas de conservação e destaca o conceito de produção da natureza e trata da sua contribuição essencial apenas por continuar existindo.

Agradecemos às técnicas e técnicos do DIEESE que viabilizam a organização desse volume e às autoras e autores que gentilmente contribuíram com os seus artigos. Aproveite a leitura desse número 18 da Revista Ciências do Trabalho e compartilhe as ideias que almejam trabalho e meio ambiente sustentáveis e decentes.